

## **DISCURSOS E PRÁTICAS HIGIÊNICAS EM GRUPOS ESCOLARES**

**(PERNAMBUCO, DÉCADAS DE 1920 E 1930)**

Adlene Silva Arantes

Doutorara em educação, Universidade de Pernambuco- UPE

[adlene.arantes@hotmail.com](mailto:adlene.arantes@hotmail.com)

Buscamos compreender os discursos de intelectuais responsáveis pela educação no estado e as práticas implementadas pelas reformas idealizadas por esses sujeitos nos grupos escolares pernambucanos. Nos baseamos teórica e metodologicamente na história Cultural, e em estudos relacionados à história da educação no Brasil e ao pensamento racial brasileiro. Utilizamos como fontes, documentos da instrução, relatórios e jornais de grupos escolares, legislação educacional, periódicos da educação e teses de medicina sobre higiene que circulavam em Pernambuco no período estudado. Percebemos que o grupo escolar representou um novo modelo de organização escolar, caracterizado pela seriação com a divisão de alunos por classes, considerando-se a idade e os níveis de conhecimentos homogêneos. Em Pernambuco, algumas práticas se efetivaram nesses espaços educativos para que fossem estabelecidas as condições físicas e mentais dos alunos e de sua educação. Como parte desses processos, destacamos a realização de testes de medidas antropométricas como: o índice ponderal, o índice de robustez, a capacidade vital e o perímetro torácico, etc.

**Palavras-chave:** Grupos escolares, higienismo, eugenismo, Pernambuco.

### **1. Introdução**

Buscamos compreender os discursos de intelectuais responsáveis pela educação no estado e as práticas implementadas pelas reformas idealizadas por esses sujeitos nos grupos escolares pernambucanos. Os intelectuais cujos discursos foram analisados são Ulysses Pernambucano (1923), Carneiro Leão (1928) e Aníbal Bruno (1931), responsáveis pelas reformas realizadas nas décadas de 1920 e 1930. Tais reformas buscaram, além de implementar os ideais escolanovistas, estabelecer distinções sociais baseadas nos estudos de teorias raciais difundidas em nosso país, objetivando resolver o “problema racial brasileiro”.(ARANTES, 2018).

Nos baseamos teórica e metodologicamente na história Cultural, e em estudos relacionados à história da educação no Brasil e ao pensamento racial brasileiro. Utilizamos como fontes, documentos da instrução, relatórios e jornais de grupos escolares, legislação educacional, periódicos da educação e teses de medicina sobre

higiene que circulavam em Pernambuco no período estudado. As referidas fontes foram localizadas nos acervos do Arquivo Público Jordão Emerenciano-APEJE, da Biblioteca Presidente Castelo Branco-BPE, e do Laboratório de Pesquisa e Ensino de História LAPEH, vinculado ao Departamento de História da UFPE.

O grupo escolar representou um novo modelo de organização escolar, caracterizado pela seriação com a divisão de alunos por classes, considerando-se a idade e os níveis de conhecimentos homogêneos. Nesse sentido, um dos fatores que interferiram na forma de organização dessas instituições foram as teorias higienistas difundidas por médicos há algum tempo, mas que ganharam ênfase no mesmo período de implantação dos grupos escolares. Os médicos defendiam que fossem respeitados os preceitos de higiene na construção e manutenção dos edifícios escolares, “desde as instalações físicas, mobiliário, organização e seleção de métodos de ensino e material pedagógico, até a preservação da saúde do aluno e da comunidade escolar”. (ARANTES, 2018, p.248)

Nessa nova forma de organização escolar que era o grupo, a educação física assumiu a missão de “regenerar a raça e a preparação para o trabalho”, como demonstra Vago (1999, p. 30), contribuindo, assim, para o projeto social republicano que tomou o grupo escolar como laboratório social que “deveria se cultivar um corpo belo, forte, saudável, higiênico, ativo, ordeiro, racional, em contraposição àquele considerado feio, fraco, doente, sujo e preguiçoso” (VAGO, 1999, p. 32). Nesse interim, a medicina que já vinha adentrando o espaço escolar desde o século XIX (GONDRA, 2004) passou a contribuir com o aparato científico necessário à tarefa de regenerar a nação, tendo a educação física como aliada importante. Assim, o discurso médico passou a ser percebido tanto a partir das questões de higiene quanto das questões que envolviam a eugenia, principalmente nas primeiras décadas do século XX, no Brasil.

Em Pernambuco, algumas práticas se efetivaram para que fossem estabelecidas as condições físicas e mentais dos alunos e de sua educação. “Como parte desses processos, destacamos a realização de testes de medidas antropométricas como: o índice ponderal, o índice de robustez, a capacidade vital e o perímetro torácico, etc.” (ARANTES, 2018, p. 248)

A relevância da temática enfocada se justifica pela necessidade de estudos que se debrucem sobre grupos escolares na realidade pernambucana e, sobretudo, sobre as práticas higiênicas presentes nesses espaços considerados de excelência para a educação republicana.

## **2. Discursos de intelectuais pernambucanos sobre higiene e eugenia**

Como já foi mencionado, os intelectuais cujos discursos foram analisados são Ulysses Pernambucano, Carneiro Leão e Aníbal Bruno.

*Ulysses Pernambucano*<sup>1</sup> foi o responsável pela Reforma do Ensino Normal realizada em 1923 que teve influência direta no ensino primário. Introduziu a psicologia nas escolas, seguindo a tendência nacional que se baseava na preocupação com a regeneração da nação. No Recife, por exemplo, as crianças eram classificadas psicologicamente, por meio de testes de inteligência, antropometricamente, (segundo a classificação de Viola<sup>2</sup>, da Escola Italiana) e racialmente, seguindo a classificação de Roquete-Pinto (leucodermos (brancos), faiodermos (brancos x negros), xantodermos (brancos x índios) e melanodermos (negros), baseando-se nos atributos de cor/raça ligados à noção biológica de raça, que levava em consideração a cor da pele, tonalidade dos olhos e características do cabelo.

Ulysses destacou que se baseava em Galton para explicar a existência de talentos natos, acreditando e tomando como exemplo os referenciais que foram indicados no estudo realizado na Inglaterra de que, para cada milhão de habitantes havia 250 homens de talento (gênio). Não podemos deixar de mencionar que, para Galton, o nível médio de inteligência da raça negra era inferior em dois graus com relação à raça

---

<sup>1</sup> Era médico e fez residência no Hospital Nacional de Alienados, na Praia Vermelha, concluindo o curso em 1912, com apenas 20 anos de idade. Exerceu ao mesmo tempo as funções de médico e professor concursado do Ginásio Pernambucano, ministrando disciplinas diversificadas como Psicologia, Lógica, e História da Filosofia. (ANDRADE, 2009, s/p).

<sup>2</sup> Viola era tido, na época, como um dos pais da escola italiana de biotipologia e, apoiando-se em dados morfológicos, propunha um padrão classificatório com base na proporção numérica de medidas antropométricas: os normotipos, com simetria entre troncos, membros e abdômen; os braquitipos, com tronco maior que membros e abdômen maior que tórax; e os longitipos, apresentando membros maiores que tronco e tórax maior que abdômen. (GOMES, 2012, p.709).

branca. Portanto, se ele mesmo afirmou que se baseou em Galton é provável que ele também acreditasse na inferioridade intelectual dos negros.

Ulysses Pernambucano, na época em que diretor da Assistência Geral a Psicopatas do estado de Pernambuco, e Helena Campos, realizou um levantamento em 1932 que indicava quase o dobro de doentes mentais negros internados em colônias psiquiátricas, que todas as outras raças reunidas, como pode ser observado a seguir:

A população de Pernambuco era em 1929 de 2.916.000 habitantes conforme a estimativa da Diretoria Geral de Estatística do Estado. Os negros devem estar aí representados por 174.960 pessoas e todas as outras raças com 2.741.040. Tomando os números globais de internados (345 para os negros e 2.947 para todas as outras raças) e comparando-os com a população calculada verifica-se que para 100.000 indivíduos 197 negros são internados por psicopatias contra 107 de todas as outras raças. (PERNAMBUCANO; CAMPOS, 1932, p. 123-124 *apud* MASIERO, 2002, p. 8).

Ulysses relata no seu trabalho de tese três observações que realizou para diagnosticar dois imbecis e um idiota. Mas reconhece que todas eram incompletas: a primeira porque visava fins puramente clínicos, as demais porque faltavam elementos para um bom exame. Assim, consideramos importante apenas mencionar tais observações, porque apresentam elementos eugênicos na composição do perfil dos sujeitos, inclusive porque serviram na tipificação ou na elaboração de perfis dos alunos nas escolas primárias, especialmente nos grupos escolares, para se estabelecer a biotipologia destes por meio de processos de racialização da população escolar. Segundo o autor o ponto de vista que naquele momento lhe interessava não era a descrição clínica da deficiência, mas “o gráo ou a característica da mesma que dirá até onde vai a *educabilidade do individuo*.” (PERNAMBUCANO, 1918, p. 33, grifos adicionados).

Nos centros adiantados todas as crianças em idade escolar eram submetidas às diversas provas de exame físico, antropométrico e completo exame psíquico com informações sobre os antecedentes hereditários e pessoais. Todos estes dados eram registrados em uma caderneta especial, que acompanhava a crianças para onde quer que elas se dirigissem. O autor concluiu seu estudo mencionando a importância da educação especial que deveria ser dada aos anormais, nas escolas. A orientação da época era a de

corrigir essas crianças, educando-as e instruindo-as em escolas especiais. Para obter tal progresso o papel do médico escolar era de fundamental importância.

Desde que se começou a afastar da escola os doentes de moléstias contagiosas, porque não fazer o mesmo áquelles que por deficiência intellectual são causa de despreocupação, de indisciplina no meio escolar, perturbando assim o pleno desenvolvimento intellectual das creanças normaes? *Assim hygienisa-se intellectualmente a escola.(...)* (PERNAMBUCANO, 1918, p. 42).

Ulysses atuou na Escola de Excepcionais e no Instituto de Psicologia, até o final da década de 1920. A partir de 1931 concentrou seus esforços na reforma dos Serviços de Assistência aos Psicopatas de Pernambuco, atuando inicialmente no Hospital dos Alienados. Ao estabelecer as bases para a reorganização da dita reforma, Ulysses conseguiu do então interventor Federal em Pernambuco, Carlos de Lima Cavalcante a sua regulamentação, a partir do Decreto federal nº 26, de 1º de Janeiro de 1931, que fixa os objetivos da higiene mental, sinalizando para o caráter pedagógico das ações preventivas, entre as quais se destaca o artigo 7º, que segundo Sellaró (2009, p. 248 - 249):

A seção de higiene mental cabe, além do esclarecimento e da educação do público sobre a natureza, a causa e a curabilidade das doenças mentais e meios de evitá-la, fazer a prevenção das psicopatias, colaborando com os serviços de higiene pré-natal, maternidade, medico escolar de profilaxia da sífilis, higiene industrial e profissional.

Assim, não tem como negar o caráter eugênico desse pensador que exerceu tanta influência no cenário educacional pernambucano que realizou testes com escolares pernambucanos com o intuito de identificar problemas de ordem psicológica, separando os normais dos anormais no ambiente escolar.

*Carneiro Leão*<sup>3</sup> foi o responsável pela reforma de ensino de 1928. Analisando os discursos desse intelectual sobre a higiene escolar, percebemos que o autor discute que o atendimento dessa necessidade era condição basilar para se “defender os destinos da própria raça”, como observado no trecho a seguir:

---

<sup>3</sup> Formou-se em Direito em 1911. Foi professor e jornalista ainda quando recém-formado. Foi Diretor Geral da Instrução pública do Distrito Federal, quando executou a reforma Fernando de Azevedo. Em 1928 ocupou o cargo de Secretário de Estado e Justiça e Negócios Interiores, até setembro de 1930, período em que reformou a educação de Pernambuco. (ARAÚJO, 2002, p. 61- 64).

A hygiene escolar está sendo, há muito tempo, o objecto de grandes preocupações por toda a parte. Desde a architectura dos edificios das escolas até os methodos pedagógicos, tudo absorve a atenção de educadores e governos. Artistas, médicos e pedagogos, todos numa communhão de vistas e numa collaboração intelligente, *procuram salvar o futuro da juventude, o que equivale a vigiar, a defender os destinos da própria raça.* (CARNEIRO LEÃO, 1919, p. 227, itálicos adicionados).

Para que a hygiene se estabelecesse adequadamente, era necessária uma escola higiênica. Mas, quais seriam as condições para a existência de referida escola? Segundo Carneiro Leão (1919), que fosse localizada num edificio construído especialmente para a sua função. Todo o estabelecimento de ensino deveria ser dotado de bastante luz, penetrando pelo lado esquerdo, ou simultaneamente, por ambos os lados da sala. À noite, na falta de electricidade, que é o ideal em iluminação artificial, pela ausência de combustão e beneficio da vista, deveriam se empregar as lampadas ou os condieiros de gás com *abat-jour*, para não atuar diretamente sobre os olhos, e à altura de um metro e meio, quando em pé.

O autor apontava que, para que a inspeção escolar conseguisse êxito era necessária a utilização de uma ficha escolar que podemos denominá-la como eugênica, porque classificava racialmente (classificação de Roquete Pinto) e antropometricamente (classificação de Viola) os escolares. Essa ficha foi implementada nas escolas de Pernambuco a partir da Reforma Carneiro Leão. A referida ficha servia de base para racializar os alunos. Melhor dizendo, era o primeiro passo para dar início aos processos de racialização da população escolar, sobretudo nos grupos escolares no período estudado. O objetivo da ficha era,

Depois do conhecimento da hereditariedade (indicando a saude, os antecedentes dos paes e o histórico da sua vida até aquelle momento) se saiba das condições orgânicas da creança, das suas predisposições mórbidas, nada se poderá fazer de definitivo nem de perfeito, pela sua formação e educação. E' medindo o peso e o talhe, examinando a columna vertebral, os dentes, os ossos, observando a acuidade auditiva e visual(...) em summa, do estado de integridade physica, minuciosa e cuidadosamente assignalada numa ficha escolar, revisavel duas vezes por anno, no mínimo, que se estará apto a dirigir e a educar convenientemente. (CARNEIRO LEÃO, 1919, p. 235-236).

Enquanto Ulysses se preocupava com as questões psicológicas, Carneiro Leão se preocupava, por exemplo, com as crianças de rua abandonadas, pois acreditava que a

pobreza material e social poderia trazer um problema maior: o *empobrecimento do sangue*. Nas palavras de Carneiro Leão:

O problema da infância abandonada é daquelles que mais preocupam os povos cultos, por toda a parte. A medida que a civilização cresce em intensidade e a luta pela vida attinge os seus aspectos mais ferozes, aumenta o pauperismo e a angustia de uma grande parte dos homens. Toda essa gente, cuja vida se arrasta penosamente, produzindo muito menos do que necessita, *tem de supportar as consequências do desequilíbrio, comprometendo, pelo empobrecimento do seu sangue e enfraquecimento da sua resistência, as gerações por vir* (CARNEIRO LEÃO, 1919, p. 238, grifos adicionados).

Do ponto de vista dos discursos eugênicos as causas da degeneração da humanidade eram hereditárias. Assim, fatores externos como o álcool, a nicotina, a morfina e as doenças venéreas e infecciosas eram considerados os venenos raciais que causavam degenerações permanentes e, em longo prazo, determinariam a existência de uma nação doente e imprestável. Foi esse tipo de pensamento que contribuiu para a elaboração da ideia de raça e tudo que isso representou na época e ainda ecoa na atualidade (STEPAN, 2005).

*Anibal Bruno* esteve à frente da Diretoria Técnica da Educação, a partir de 1930. Em discurso proferido durante uma Conferência intitulada: *A personalidade do mestre*, realizada no Teatro Santa Izabel no “Dia do professor”, a convite da Sociedade Pernambucana de Educação, mencionou que, criar qualidades no homem promover a sua formação técnica, intelectual e moral, que o transforma em valor afirmativo na vida social democrática, é missão da escola nos moldes que a orientação moderna lhe assegura

Nella se crêa os nivel social das massas populares mas é nella ainda que se assentam os fundamento da diferenciação das elites dirigentes, não das elite artificiaes creadas pelo pariato politico ou economico, *mas das elites naturaes em que se sommam os valores da raça*. E’ na educação que o Brasil terá o meio unico efficaz para sua reconstrução inteira, social e econômica; Porque, como dizia um autor de pós guerra, a reconstrucção é um problema de organização e de educação, digamos de technica e de psychologia sociaes (BRUNO, 1930, s/p., grifos adicionados).

Aníbal Bruno afirmava que, “se a nova democracia aspira, como deve, basear-se em uma opinião pública consciente, é na educação sistemática do povo que ela irá

procurá-la”(BRUNO, 1930, p.8). Para ele a escola deveria contribuir para a regeneração física da raça como veremos a seguir:

*A regeneração physica da raça, o retemperamento do character, a cultura integral, em summa, a valorização do homem no Brasil, só a escola poderá promover, com a sua acção fortemente constructora, biologica e social. Só ella poderá crear um ideal social commum, para a cooperação consciente e harmoniosa de todos para o bem geral. E a revolução por essa obra educadora, chegará a consummar esplendidamente o seu compromisso (BRUNO, 1930, p. 8, grifos adicionados).*

Nesse sentido, vale ressaltar que a “medicina social” estruturou-se desde o século XIX, procurando demonstrar que a causa das doenças era a realidade social do capitalismo e, para tanto, não bastava intervir “no corpo individual ou no coletivo social, como postulava a medicina clínica. A saúde seria conquistada e conservada com a mudança da sociedade. É a estrutura social que explica o surgimento das doenças.” (SOARES, 2000, p. 52).

A seguir abordaremos algumas práticas que aconteciam em grupos escolares pernambucanos no período estudado.

### **3. Práticas ocorridas nos grupos escolares de Pernambuco**

Os primeiros grupos do Pernambuco foram o Grupo Escolar Martins Junior<sup>4</sup> criado pelo Ato nº 271, de 24 de Maio de 1922, na Torre, mais precisamente na Praça da Torre. inicialmente contava com 6 cadeiras, foi primeiramente dirigido pelo professor José Vicente Barbosa, e o corpo docente era formado por seis professores (PERNAMBUCO, 1923, p. 63). Assim como os demais grupos escolares pernambucanos, o Martins Junior recebia com frequência visitas das autoridades educacionais, que além da inspeção dos aspectos físicos, higiênicos e pedagógicos, também recebeu “36 visitas feitas pelo médico escolar e as visitadoras do Departamento

---

<sup>4</sup> José Izidoro de Martins Júnior nasceu no Recife em dia 24 de novembro de 1860, Foi jornalista, advogado, jurista, político, professor e poeta. Defendeu, através do *Jornal do Recife*, a candidatura de Joaquim Nabuco para deputado por Pernambuco, pregando a abolição imediata da escravidão. (GASPAR, 2013, s.p.)



de Saude e Assistencia, que effectuaram o cadastro de Grupo e organizaram as fichas dos alumnos, serviços de grande valor pedagogico.” (PERNAMBUCO, 1924, p. 173).

O segundo grupo escolar pernambucano a ser criado foi o João Barbalho<sup>5</sup> que funcionou inicialmente “numa dependência do Gymnasio Pernambucano, em local impróprio, fora de mão e nas proximidades da escola normal, (...) precisamente na parte posterior com entrada pela rua da União”, no Bairro da Boa Vista. (PERNAMBUCO, 1924, p. 178). Foi criado pelo Ato nº 324, de 2 de Junho de 1922, com 6 cadeiras. Esse grupo escolar que tornou-se o modelo de organização escolar no Estado de Pernambuco, e passou com o Jardim de Infância Virgínia Loreto. (PERNAMBUCO, 1924). Nele foi adotado “o novo methodo de pedagogia scientifica”, idealizado pela Doutora Maria Montessori.

O terceiro grupo escolar de Pernambuco foi o Grupo Escolar Maciel Pinheiro<sup>6</sup>, localizado no Bairro da Encruzinhada. Esse também não funcionou em um prédio projetado. Na realidade, segundo relatório de 20 de dezembro de 1924 ele passou por várias reformas e grandes melhoramentos. Nesse sentido o mesmo encontrava-se em boas condições higiênicas. (PERNAMBUCO, 1924). O estabelecimento possuía todos os requisitos exigidos pelos modernos preceitos pedagógicos. Contava com salas amplas, fartamente iluminadas de acordo com o regulamento de higiene. O mobiliário das salas onde funcionavam as aulas era novo e bom, prestando-se convenientemente ao fim a que era destinado, tendo sido importado dos Estados Unidos.

No que se refere às visitas médicas especificamente, mencionava-se que a intervenção do médico na obra da educação era indispensável, não só sob o ponto de vista higiênico e profilático, mas ainda sob o ponto de vista educativo, ou seja, “sem o conhecimento scientifico da natureza physica e psychica da creança é falha a obra educativa.” (PERNAMBUCO, 1924, p. 173 - 174). Assim, era sabido que os múltiplos problemas que se relacionavam com o estudo científico da criança, não estavam todos

---

<sup>5</sup>João Barbalho Uchoa Cavalcanti era natural de Serinhaem, interior de Pernambuco e nasceu em 13 de junho de 1846. Formou-se como Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, em 1867.. Sua carreira como Inspetor Geral da Instrução Pública da Província de Pernambuco, foi iniciada em 1873, cargo exercido durante 16 anos. (BEZERRA, 2010).

<sup>6</sup>Luís Ferreira Maciel Pinheiro nasceu na Paraíba, no dia 11 de dezembro de 1839, filho do português Braz Ferreira Maciel Pinheiro e de Margarida Maciel Pinheiro. Coursou a faculdade de Direito em Recife. Foi eleito para ocupar a cadeira número 22 da Academia Pernambucana de Letras.. (VAINSENER, 2013).

resolvidos, porém, aplicando-lhes os processos científicos de observação e experimentação, seriam determinadas as bases de uma nova educação. Contudo, para que isso acontecesse era preciso que os professores tivessem conhecimentos dos estudos médicos e que cada criança possuísse uma caderneta escolar para que se registrassem as observações médicas, “afim de que por uma hygiene physico-psychica possa o mestre assegurar-lhe a evolução normal do corpo e do espírito”. (PERNAMBUCO, 1924, p. 174).

As reformas de ensino realizadas em Pernambuco buscavam regulamentar e normatizar como deveriam se efetivar as novas práticas pedagógicas, especialmente aquelas relacionadas com a problemática do higienismo. Assim, para além dos tradicionais funcionários que se ocupavam em controlar e inspecionar o funcionamento das escolas, tais como o inspetor geral, os inspetores escolares e os delegados de ensino, foi instituída em 1912 a atividade do médico escolar. As atividades e obrigações do médico escolar foram reiteradas na reforma que viria a ocorrer em 1923, realizada por Ulysses Pernambucano.

O médico escolar deveria ser um dos “commisarios da Hygiene” cuja tarefa era exercer a inspeção médica escolar. Era designado pelo Inspetor e deveria atuar nos estabelecimentos públicos e nos particulares(...). A esses médicos se incumbiu, além do serviço de vacinação e revacinação, enfim, de tudo mais que se referisse à higiene escolar. (PERNAMBUCO, 1912, p.18-19).

O professor precisava ser parceiro do médico no que concernia às inspeções higiênicas, apesar de também ser alvo dos processos de higienização presentes nas escolas. A parceria prevista no regulamento entre o médico e o professor nos reporta aos discursos dos reformadores da educação pernambucana, Carneiro Leão e Ulysses Pernambucano, quando afirmavam que a pedagogia e a medicina deveriam caminhar juntas para o sucesso de uma educação higiênica.

Além do médico, outro cargo criado em 1923 foi o de visitadoras. Trata-se de enfermeiras que deveriam prestar assistência à inspeção médico-escolar, cuja função seria zelar pela saúde dos escolares. Para essa atividade deveriam ser aproveitadas aquelas que já atuavam no Departamento de Saúde e Assistência e ficaram incumbidas de trabalhar nas escolas ou fora delas supervisionadas pelo médico e “visitar as famílias

dos escolares visando, não só um conhecimento mais exacto da hereditariedade dos alumnos e os meios em que elles vivem, mas tambem aconselhar e guiar os paes na pratica dos bons habitos hygienicos”. (PERNAMBUCO, 1928, p.11).

Entre a metodologia e as orientações que deveriam ser adotadas nas escolas no ano de 1929 destacava-se a necessidade de conhecer a vocação dos alunos além de

- (...) b) Fazer classes separadas para alumnos normaes, subnormaes (mentalmente debeis, atrazados, repetentes, faltadores) e super-normaes (muito inteligentes).
- c) dividir as classes elementares em secção A, B, C, D, de modo que, as aptidões dos alumnos apresentem poucas divergencias em cada secção.
- d) conhecer a physionomia interior de cada alumno, seu modo de ser caracteristico; estudar os typos mentaes: visuaes, auditivos, motores, imaginativos, repetidores, reflexivos, logicos, estheticos, egoistas, altruistas, euphoricos, bonachães, depressivos, voluntariosos, abulicos (...). (PERNAMBUCO, 1929, p. 5).

A separação dos alunos em normais, subnormais e supernormais, regulamentada pelo estado pernambucano nos indica a consonância dos ideais e preceitos higienistas que foram tão amplamente estudados e difundidos pelos intelectuais pernambucanos, como Ulysses Pernambucano.

Em relação às práticas antropométricas realizadas em Pernambuco, localizamos o artigo intitulado “Contribuição á antropometria do escolar recifense”, de autoria dos médicos Gil de Campos e Armando Macedo, vinculados ao Serviço de Higiene Escolar do Departamento de Saúde Pública, publicado em 1934. O referido artigo faz uma discussão na qual os autores apontam que entre as diversas versões acerca da relação entre a inteligência do escolar e seu desenvolvimento físico, dois nomes se destacaram, quais sejam: os médicos Porter e Binet que eram considerados pesquisadores importantes para os estudos antropométricos. O primeiro, responsável pela “trivialidade do aforismo latino ter se transformado em axioma” (CAMPOS, MACEDO, 1934, p. 125). E o segundo, por ter realizado acuradas experiências e ter concluído que existia base na relação entre o físico desenvolvido e o adiantamento intelectual. E continuavam dizendo que:

*Essa relação de dependencia se desmente entretanto em uma maioria tão flagrante que não poderia servir a uma diagnostico individual. São suas palavras decisivas (Binet). Tal minoria, porém, nos leva na pratica a descobrir a fragilidade da ponte lançada entre a capacidade fisica e a*

*capacidade intelectual. Os dados anatômicos e fisiológicos não nos autorizam afirmar com segurança o diagnóstico pedagógico.* (CAMPOS, MACEDO, 1934, p. 125, Itálicos adicionados).

Mesmo assim os autores apontam que algumas vezes se depararam com uma criança cuja miséria física se aliava a um estado intelectual retardado. Nesses casos eram examinados os dentes, o fundo da garganta, tubo digestivo, coração, pulmões, verificada a taxa de hemoglobina e encontravam a relação de causalidade. “E’ quando, então, nos beneficiamos das vantagens da mensuração corporal, da antropometria que nos despertou a suspeita, logo confirmada.” (CAMPOS, MACEDO, 1934, p. 125).

A pesquisa desenvolvida pelos referidos médicos sobre o índice antropométrico dos escolares do Recife, contou com 943 alunos dos Grupos Escolares João Barbalho, Joaquim Távora, Maciel Pinheiro e Siqueira Campos. Foram examinadas crianças entre 5 e 14 anos de idade. Nas suas palavras “utilizamos para obtenção das medidas corporais, da toesa de Dusfestel, balança, fita métrica, dinamômetro e espirômetro. Em nossos resultados obtidos desprezamos as frações de centímetros.” (CAMPOS, MACEDO, 1934, p. 126).

Em relação à mensuração da estatura e peso os médicos partiam do princípio de que “O crescimento da criança - é sabido - está condicionado a múltiplas causas: influencia do meio, herança, enfermidades. A miséria, a falta de higiene e de exercícios são, talvez, entre nós, fatores poderosos.” (CAMPOS, MACEDO, 1934, p. 126).

Foi no contexto das intensas discussões e resultados de pesquisas relacionadas com as questões antropométricas que em 1935 foi elaborado um Plano para a organização do serviço de Educação Física no Estado. Assim, naquele mesmo ano foi levado à VII Conferência Nacional de Educação, ocorrida no Distrito Federal, um estudo que foi apresentado pelo Inspetor de Educação Física e Professor da Escola de Aperfeiçoamento, o senhor J. Oliveira Gomes. Segundo o referido inspetor,

*Pernambuco, diga-se de passagem, muito já tem feito em benefício da educação física de seus escolares. Esse muito, porém, é considerado mínimo, comparado ao que deverá fazer tão depressa quanto possível. O que até agora esta feito, nada mais representa do que as fundações que servirão de base ao grande arcabouço que permitirá a construção de uma nova raça.* (GOMES, J.1935, p.18). [Grifos adicionados].

A partir desse plano se organizou no Estado o Serviço de Antropologia e Medicina Escolar, com o objetivo de levar a termo as pesquisas necessárias à

determinação das condições físicas e psíquicas dos escolares, e ainda para que orientasse uma obra esclarecida e eficiente de assistência escolar, sob o ponto de vista alimentar e médico. Dentro desse serviço estava a secção de Morfofisiologia, que segundo seu inspetor achava-se perfeitamente aparelhada para as pesquisas referentes à Morfologia e à Fisiologia dos escolares, cujos trabalhos eram orientados segundo a inspiração da moderna Escola Bio-tipológica italiana. (BRUNO, 1936, p. 76).

Os médicos Andrade Lima Jr. e Luiz Ignacio, responsáveis pela seção de Morfofisiologia do Departamento de Educação, publicaram nos “Archivos do Serviço de Antropologia e Medicina Escolar” para o ano de 1936 divulgaram os resultados de suas pesquisas sobre o *biótipo do escolar em Pernambuco*. Eles tinham como finalidade estabelecer as medidas básicas para a classificação do morfotipo da criança do nordeste, ressaltando a todo instante “a diferença acentuada do mulato em face do branco. Sempre as medidas do faiodermo eram mais curtas e mais estreitas que as do leucodermo.” (LIMA JUNIOR, IGNACIO, 1938, p. 83). O Índice Ponderal, era calculado pela formula representada por

$$100 \frac{\text{peso}}{\text{altura}^3}$$

Os referidos médicos relataram que o material analisado era composto de fichas com 72 medidas executadas e o índice ponderal devidamente calculado entre os estudantes pernambucanos e paulistas. Sob o ponto de vista racial, o material foi colocado dentro dos grupos ditados por Roquete Pinto. Assim, o índice ponderal foi o seguinte:

**Quadro - Índice ponderal entre Leucodermos(brancos) e faiodermos(negros)**

Idade	Leucodermos	Faiodermos
7 anos	230	236
8	232	232
9	231	232
10	228	229
11	227	228
12	228	229
13	225	227

Fonte: Lima Junior; Ignacio (1938, p.116).

*O Índice Ponderal dos faiodermos sempre ligeiramente maior, nunca menor que os leucodermos.* A explicação deste acontecimento não nos parece em nada esclarecida. (LIMA JUNIOR; IGNACIO, 1938, p. 116, Itálicos adicionados).

#### 4. Algumas considerações

O discurso médico na educação pode ser percebido tanto a partir das questões de higiene quanto das eugênicas, sobretudo considerando as primeiras décadas do século XX, no Brasil. Tratava-se de um discurso que se traduzia em processos de mensuração das condições físicas e mentais dos alunos e das condições de sua educação. Como parte desses processos, destacamos as seguintes práticas: a realização de testes de inteligência, de eletrocardiografias, de medidas antropométricas como o índice ponderal, o índice de robustez, a capacidade vital e o perímetro torácico entre outros. Todo o procedimento de medidas psicológicas, físicas ou biológicas visava classificar as crianças para favorecer à criação de possíveis classes homogêneas. Assim propiciava-se, através de critérios “científicos”, a seleção e o agrupamento de crianças que estariam em um mesmo nível *morfofisiológico*, com o pretexto de facilitar a aprendizagem.

Entre os maiores higienistas pernambucanos destacaram-se Ulysses Pernambucano, Carneiro Leão e Aníbal Bruno responsáveis pelas reformas da educação que objetivavam resolver *o problema racial* brasileiro com seus discursos eugênicos.

Os grupos escolares, considerados modelos de organização escolar republicano, foram tomados como palco para a difusão, experimentação e efetivação de práticas originárias do pensamento higienista e eugênico que estava em processo de consolidação no Brasil. Assim, a medicina se utilizou de argumentos científicos que recobriam um amplo espectro de questões vinculadas à escola, tais como o problema da localização dos edifícios escolares, da necessidade de uma edificação própria e apropriada para o seu funcionamento.

Em Pernambuco para garantir o bom funcionamento dos grupos escolares, entre as orientações que deveriam ser seguidas, destacamos: a prática da educação física e a realização de exames antropométricos e testes de inteligência para estabelecer o perfil dos alunos que frequentavam os grupos escolares com o intuito de formar turmas homogêneas intelectual, física e racialmente.

## Referências

- ANDRADE, Maria do Carmo. Ulysses Pernambucano. In: **Pesquisa Escolar Online**. Recife. Fundação Joaquim Nabuco, Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 12 Abr. 2009.
- ARANTES, Adlene Silva. Educação, medicina e racialização nas aulas de educação física das escolas primárias (Pernambuco, década de 1930). In: **História da Educação** [online], v. 22, n. 54, p. 246-262, 2018.
- ARAUJO, Maria Cristina de Albuquerque. **Escola Nova em Pernambuco: educação e modernidade**. Recife, PE: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2002. (Coleção Capibaribe).
- BEZERRA, Rozélia. **Higiene escolar em Pernambuco: espaços de construção e os discursos elaborados**. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. 2010.
- BRUNO, Aníbal. Conferencia pronunciada em 20 de Junho de 1930 em reunião presidida pelo Dr. Arthur Marinho, Secretario de Estado da Justiça, Educação e Interior. In: ESCOBAR, José Ribeiro. **Educação Nova**. Diretoria Technica de Educação de Pernambuco. Recife, PE: Imprensa Official, 1930.
- BRUNO, Aníbal. Um programma de política educacional. In: **Boletim de Educação - Diretoria técnica da educação**. 1936. ano IV, nº 5 e 6, PE/Brasil, p. 5 - 74.
- CARNEIRO LEÃO, Antônio. **Problemas de educação**. Rio de Janeiro, RJ: A. C. Carvalho, 1919.
- CAMPOS, Gil de, MACEDO, Armando. Contribuição á antropometria do escolar recifense. In: **Boletim do Serviço de Higiene Escolar do Departamento de Saúde Publica**. Ano 4, Número 3, Março de 1934, p. 125- 135.
- GASPAR, Lúcia. *Martins Júnior*. **Pesquisa Escolar Online**. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em 25 nov. 2013.
- GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: **Repensando o Estado Novo**. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999, p.53-72.
- GOMES, J. OLIVEIRA. *Educação física nas escolas publicas de Pernambuco*. In: PERNAMBUCO. BOLETIM DE EDUCAÇÃO. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, Pernambuco, Brasil. vol. 5, 1935, p. 18-38.

GONDRA, José G. **Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

LIMA JUNIOR, Andrade; IGNACIO, Luiz. Relações fundamentais de Viola nos escolares de Recife. In: **Revista Medica de Pernambuco**. Ano 8, nº 8, agosto, 1938.

MASIERO, André Luis. Psicologia das raças e religiosidade no Brasil: uma intersecção histórica. **Psicol. cienc. prof.** Brasília, v. 22, nº 1, Mar. 2002. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932002000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932002000100008&lng=en&nrm=iso)>. Access on 11 June 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932002000100008>.

PERNAMBUCO, Estado de. **Regulamento do Ensino Publico Estadual de Pernambuco**. Recife, Typographia do Jornal do Recife, 1912.

PERNAMBUCO, Estado de. **Relatório** do Inspector escolar da segunda circunscrição, apresentado ao exmo. Dr. Anibal G Fernandes Bruno, M. D. Secretário de Estado dos Negócios da Justiça e Instrução Publica de Pernambuco. Recife, 1924.

PERNAMBUCO, Estado de. Programas de ensino das escolas primárias. In: PERNAMBUCO, Estado de. Secrecatia de Estado dos Negocios da Justiça e da Instrução Pública. **Anuario do Ensino do Estado de Pernambuco**. anno de 1923. Officinas Graphicas da Petinenciaria do Recife, 1923.

PERNAMBUCO. Estado de. **Organização da Educação no estado de Pernambuco (justificação, lei organica e commentarios, opiniões de associações e da imprensa)**. Recife: Imprensa Oficial, 1928.

PERNAMBUCO, Estado de. Instrução Publica de Pernambuco. Diretoria técnica de educação. **Planos de aula de aritmética**. (números) pelo prof. José Ribeiro Escobar. Recife, PE: Imprensa Official, 1929.

PERNAMBUCANO, Ulysses. **Classificação das creanças anormaes: a parada do desenvolvimento intellectual e suas formas de instabilidade e astenia mental**. Dissertação (Concurso de Professor cathedratico de Psicologia e pedologia) - Escola Normal Official de Pernambuco. Imprensa Official, 1918.

PERNAMBUCO, Estado de. **BOLETIM DO SERVIÇO DE ANTROPOLOGIA**. Archivos do Serviço de Antropologia e Medicina escolar. Departamento de Educação, Dez, 1936.

SELLARO, **Educação e modernidade em Pernambuco: inovações no ensino público (1920-1937)**. Recife, PE: Universitária da UFPE, 2009.

SOARES, Carmen Lúcia. Notas sobre a educação no corpo. In: **Educar**, Curitiba, n. 16, p. 43-60, 2000.



STEPAN, Nancy Leys. “**A hora da Eugenia**”: Raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro, RJ: FIOCRUZ, 2005. (*Coleção História e Saúde*).

VAINSENER, Semira Adler. *Praça Maciel Pinheiro*. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em:  
<<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 16/12/2013.